

Leituras do Desenvolvimento*

Antonio de Ponte Jardim

* O autor agradece as professoras: Ana Clara Torres Ribeiro, Cacilda M. Ascutti e Rosanlinda Chedim Pimentel pelas sugestões críticas. Entretanto, esclarece que os possíveis erros estampados ao longo do trabalho e a postura analítica são de sua inteira responsabilidade.
Este artigo foi publicado na Revista **ARHETYPON**, ano 7, nº 21, set/dez, 1999, p:2-13.

1. INTRODUÇÃO

Dentro das diferentes abordagens que conceituam e/ou propõem soluções sobre a questão do desenvolvimento, a análise sociológica busca explicar as diferentes linhas de pensamento e centrar-se sobre qual ou quais concepções se embasam. Com algumas variações, a questão do desenvolvimento está associada a duas grandes linhas de pensamento: uma de origem positivista/evolucionista e outra fundamentada na concepção do materialismo histórico e dialético.

As diferentes análises sociológicas sobre o desenvolvimento partem de elaborações, constatações e significados que podem expressar diversidades e graus de complexidades diferentes das situações concretas. Tanto podem referir-se ao crescimento enquanto concepção evolucionista da história, onde o acúmulo de práticas dá um *quantum* do que é previsível e passível de ser quantificado, como podem analisar o desenvolvimento como um processo histórico, fruto das lutas entre as diferentes práticas do agir humano frente ao mundo e a si mesmo¹. Nessas concepções, o desenvolvimento está relacionado ao tempo e à temporalidade do agir que, no geral, marca determinada percepção de futuro e de idéia de projeto. É a partir da historicidade (do desenvolvimento das diferentes práticas) que é possível analisar a história da formação social e econômica de uma determinada sociedade. Também, a noção de desenvolvimento pode estar referenciada historicamente à idéia de modernização, o que precede e sucede à ação civilizadora da colonização. Neste sentido, faz parte do prolongamento da mística do século XIX, onde a *crença* de progresso, via desenvolvimento, tinha como projeto a transformação das sociedades pobres segundo o modelo das sociedades ricas. Essa concepção baseia-se na crença do progresso técnico enquanto fator homo-geneizador e transformador da humanidade. Assim, foi encarado como resultado da transformação técnico-econômica que se referem, mais recentemente, a modernização-desenvolvimento dos planos político e ideológico que imputam, no geral, à política nova racionalidade no sentido de transformar projetos políticos em programas de ação; isto é, transforma a ação política em políticas de ação onde o Estado passa a ser mero agenciador de programas econômico-sociais.

Há que se considerar que o desenvolvimento como processo de industrialização, nos países do Terceiro Mundo, está associado à dependência do sistema econômico, político ou ideológico que, a partir do ideário de desenvolvimento econômico e social tem como princípio os países industrializados. Desse modo, o conceito de desenvolvimento está associado ao conceito de dependência que opera, geralmente, em relação à cumplicidade ambígua dos colonizados como *subdesenvolvidos*. A crítica mais pertinente a esta linha conceitual de análise é que seus teóricos não levam em consideração as funções culturais e históricas particulares das diferentes sociedades, desconsiderando as reais necessidades das sociedades dependentes, impondo uma relação político-econômica entre blocos de países "desenvolvidos" e "sub-desenvolvidos". Esta relação encobre, no aspecto prático e científico, os riscos ou os fatos de subdesenvolvimento interior dos próprios países desenvolvidos, ou seja, mascara as contradições dentro dos países considerados desenvolvidos, em termos de crescimento e acesso aos benefícios econômico-sociais.

¹ 1. A concepção de desenvolvimento histórico e dialético permite que se estabeleça a diferença entre ação e práxis. A ação, no geral, liga-se à atividade voluntária que tem como propósito a transformação efetiva do mundo envolvente. Esta transformação pode ser efetivamente transformadora como, também, reprodutora; portanto, a ação contém em si, dois princípios que são, ao mesmo tempo, excludentes e complementários; o fazer e o agir. Já a práxis é a prática no sentido de atividade (do ato), em oposição à especulação, a contemplação o que denota uma das características fundamentais da sociedade humana que é a produção material para suprir as necessidades básicas, ou seja, a produção e reprodução de sua existência. (LEFEBRE, H. *A sociologia de Marx*. Rio de Janeiro : Editora Forense, [fs.d]).

2. A CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PONTO DE VISTA SOCIAL E POLÍTICO

No aspecto social e político, o desenvolvimento pode ser concebido como fruto da relação dialética entre diferentes práticas², isto é, entre diferentes ações. Assim, só pode ser pensado como o resultado de relações dialéticas entre *movimentos de ação crítica* e *movimentos de inovação*. Estes movimentos coexistem em qualquer sociedade, dado que todo sistema de ação é, ao mesmo tempo, aberto e fechado. Por isso, o desenvolvimento é dialético por produzir, enquanto movimento fechado, movimentos sociais de inovação e, enquanto movimento aberto, movimentos de ação crítica. Portanto, as Reformas e as Revoluções não são dois modos opostos de mudança, mais dois modos conjuntos de desenvolvimento. Esta concepção de desenvolvimento resulta da combinação do movimento social como crescimento e mobilização, por um lado, e, da ação crítica, por outro, estando as duas formas ligadas entre si. Neste sentido, "os atares principais da mudança societal não podem ser os mesmos que estão no centro do funcionamento de uma sociedade" pelo fato de que não se pode falar de transformação da sociedade industrial, mas de seu funcionamento no sentido de que a sociedade industrial é um sistema social³.

A questão do desenvolvimento está referenciada ao sistema social que detém os conhecimentos sobre a racionalidade técnica. Neste sentido, o mundo está dividido em duas grandes regiões, de acordo com Milton Santos⁴: as *regiões do fazer* e as *regiões do mandar*. As regiões de mando são detentoras da técnica, do fazer e detêm o poder de mando e da ação política, enquanto que as regiões do fazer são submissas ou passivas frente ao mundo da técnica e da sua compreensão. Desse modo, o domínio da racionalidade técnico-industrial implica posições políticas frente ao mundo e a si mesmo, ou seja, impõe uma posição política entre o modo de fazer e o agir em relação a si e aos outros.

3. O DESENVOLVIMENTO VISTO COMO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Do ângulo da modernização, os estudos sobre o desenvolvimento emergem, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, a sociologia, especialmente a latino-americana, estuda o desenvolvimento a partir do enfoque da teoria da modernização, uma forma de adaptação da sociologia norte-americana às realidades latino-americanas. Essa abordagem sociológica partia da concepção estrutural-funcional⁵ que analisava o processo da modernização pelas mudanças no comportamento humano, a partir de determinada configuração cultural. Estava associada, também, ao ideário de eficácia e desempenho técnico e burocrático que orientam a racionalidade do homem moderno na sociedade capitalista (Max Weber)⁶. Portanto, esta teoria valorizava, em princípio, mudanças comportamentais e a difusão da racionalidade técnica-administrativa, tendo como um dos princípios norteadores o ideário do Estado provedor e distribuidor de benefícios sociais e econômicos. No seu

² TOURAINE, Alain. **O retorno do actor**, tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa Editore Piaget, 1996.

³ *Ibid.*, p. 125.

⁴ SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo : Hucitec, 1994 (cap. XI),

⁵ A concepção estrutural-funcional parte da idéia da sociedade como um modelo de auto-regulação onde os conflitos e as contradições são absorvidos pelo próprio sistema social.

⁶ A modernidade em Weber está relacionada ao agir humano no sentido de ideário de eficácia da racionalidade de determinado modelo de comportamento, a partir de determinada configuração cultural. Portanto, a modernidade associa-se ao modelo tecnológico das sociedades industrializadas e expressa o ideário de eficácia e desempenho da ação humana em relação ao aumento da capacidade técnica, ou seja, está associada ao aumento da eficiência da ação humana, via técnica (WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo ; Livraria Pioneira Editora, 5, ed., 1987).

aspecto conceitual, o enfoque da modernização baseava-se em T. Parsons⁷ na teoria dos sistemas que estabelece relações entre ações e sistemas de valores no sentido de regras de conduta. Trata-se, basicamente, da adequação dos indivíduos em relação às exigências funcionais do sistema, portanto, a partir da racionalidade da sociedade industrial.

O enfoque da modernização, nesse sentido, privilegiava as análises comparativas entre os sistemas sociais, padrões de consumo e mudanças de valores, tendo em vista a afirmação da racionalidade expressiva do trabalho de base industrial. O processo de modernização significaria a adoção de novos padrões de consumo e, portanto, de novas formas de vida e de trabalho. Para isso, havia a necessidade de se importar tecnologias, criar necessidades, concentrar a população nos grandes centros urbanos, como forma de geração de *economias de aglomeração*; sendo assim construídos os pólos de desenvolvimento econômico e social.

Em relação à América Latina, o argentino Gino Germani⁸ estudou o processo de transição da sociedade tradicional à sociedade moderna tendo como núcleo reflexivo o desenvolvimento econômico. Seus estudos visavam compreender a América Latina, em comparação com a industrialização dos países desenvolvidos industrializados, especialmente os Estados Unidos. Ao comparar o processo de industrialização latino-americano com o das sociedades capitalistas avançadas estabelece-se padrões de desenvolvimento, abrangendo as esferas tecnológica, industrial e social.

A mudança econômica e sócio-cultural das sociedades consideradas atrasadas implicaria, segundo Germani, em secularização e ruptura com o passado, no aspecto da mudança no tipo de ação social no sentido da passagem das ações prescritivas às ações eletivas, do tipo racional (técnica e instrumentalizada); da institucionalização do tradicional à institucionalização da mudança; de um conjunto relativamente homogêneo de instituições à sua diferenciação e especialização crescentes.

Para Germani, essas modificações no padrão de desenvolvimento exigiram mudanças no caráter das relações sociais e no tipo de personalidade, implicando em:

- a) afetividade *versus* neutralidade afetiva;
- b) particularismo *versus* universalismo;
- c) difusão *versus* especificidade;
- d) a discrição *versus* desempenho;
- e) orientação para interesses privados *versus* orientação para interesses coletivos.

Desse modo, o desenvolvimento de um país passaria, basicamente, por duas fases: a primeira, implicando na introdução de mudanças na estrutura tradicional, mediante a adoção de padrões de conduta dos países industrializados/desenvolvidos, através da necessidade de reforma educacional, industrial, constitucional, viabilizando a emergência de uma nova ordem; e, a segunda, seria a de promover a modernização industrial dos setores tradicionais rurais, via introdução de técnicas industriais modernas.

Para a concretização desse objetivo, Gino Germani estabelece quatro momentos históricos e analíticos da mudança social:

- 1) o primeiro é caracterizado pela sociedade tradicional, que ainda não tenha recebido a influência das sociedades industriais;
- 2) o segundo, pelo início de desintegração da sociedade tradicional, especialmente mediante o contato com as sociedades modernas; gerando o convívio uma sociedade moderna/urbana/racionalizada e uma sociedade atrasada/rural/tradicional;
- 3) o terceiro momento marca a constituição de sociedades duais, em que coexistem um setor moderno e um setor tradicional;

⁷ PARSONS, Talcott. *The social system*. New York : Free Press, 1951.

⁸ GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires : Paidós, 1971.

- 4) e, no quarto momento, constata-se um processo de mobilização social de massas, reivindicativo, em relação ao consumo de massa, criador de novo estilo de vida.

A mudança, em seus desdobramentos, implica em processos de mobilização de massa que podem ser sintetizados em seis etapas:

- 1) o estado de integração na estrutura social;
- 2) o processo de ruptura ou desintegração;
- 3) o deslocamento ou desorientação psicológica de indivíduos, grupos ou setores sociais;
- 4) a "colocação em disponibilidade" dos mesmos ou mobilidade psicológica;
- 5) a mobilização objetiva;
- 6) a reintegração em uma nova estrutura.

No geral, Germani procura explicar as transformações sociais através da relação indivíduo-sociedade, considerando o modelo oferecido pela ideia da sociedade moderna/industrial. No seu modelo de sociedade moderna estava implícita a noção de indivíduo enquanto agente relacional, sistêmico, capaz, portanto, de agir em favor da transformação de uma sociedade tradicional/rural para uma sociedade moderna/urbana, auto-regulada e portadora da racionalidade técnico-instrumental. Portanto, os indivíduos racionalizados seriam os agentes de transformação das sociedades tradicionais em sociedades modernas/industriais.

A primeira crítica que pode ser formulada à análise de G. Germani diz respeito ao enfoque dicotômico: sociedade moderna (industrial) *versus* sociedade tradicional (pré-industrial). Há uma crença que sustenta a sua proposta analítica de que as sociedades tradicionais se transformariam em sociedades industriais, tecnicamente modernas. Portanto, o conceito de modernização encontra-se associado à incorporação das sociedades tradicionais à sociedade de base industrial. Deste modo, há uma concepção evolucionista da história, cuja influência manifesta-se na relevância atribuída à tecnificação das sociedades, tornadas assim, mais complexas. Claro, que por detrás dessa concepção estaria o modelo de industrialização da sociedade norte-americana. Em segundo lugar, a sua ideia de sociedade complexa refere-se somente à sociedade industrial, como se e somente a tecnologia tornasse as relações sociais complexas entre os indivíduos, desconsiderando os outros tipos de formações sociais, onde as relações entre indivíduo/sociedade/cultura são muito mais complexas que nas sociedades industriais acidentais. Por exemplo, as sociedades orientais, antes do advento da Revolução Industrial e da influência do mundo ocidental. Por isso, o Japão, apesar de ser um país altamente tecnificado, ainda guarda as suas tradições medievais.

4. ASPECTOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Por detrás dessa crença, encontra-se a larga e complexa ocidentalização do mundo, iniciada pelo processo da colonização, cujas grandes empresas foram, de início, a igreja católica, através dos jesuítas, e o Estado imperial. Segundo Latouche⁹, "o movimento de ocidentalização possui uma força aterrorizadora no aspecto de que elimina as diferenças de gêneros" e "homogeneiza" a partir de racionalidade religiosa e de Estado. Daí, esse processo, mais tarde, articulado em ideários de desenvolvimento, ter sido destruidor de culturas e de povos cujos efeitos têm sido de desaculturação etnocida em nome do progresso técnico-industrial.

A introdução de valores acidentais, da ciência, da técnica, da economia e do domínio da natureza são os alicerces da desaculturação e a origem da dependência e do subdesenvolvimento. Segundo Latouche, a desaculturação seria atribuída através da perda do olhar e da palavra [que] não acontece também sem a dos braços. A adoção do julgamento do Outro provoca a adoção da ação que ele concebe. Julgada inter-

⁹ LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo* : ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização do planeta. 2, ed, Petrópolis : Vazes, 1996.

nacionalmente subdesenvolvida e assim ficando sempre mais a cada dia, a sociedade do Terceiro Mundo não tem outro recurso senão inscrever sua ação no quadro de uma estratégia de desenvolvimento. Conseqüência necessária da autocolonização, o desenvolvimento é, portanto, a busca do prolongamento da colonização¹⁰.

Nesse sentido, o desenraizamento e a dicotomia desenvolvidos/subdesenvolvidos alimenta-se pelo jogo de três processos importantes que sintetizam concepções do desenvolvimento: industrialização, urbanização e nacionalismo.

A industrialização é colocada no imaginário político e social como sendo o "caminho real para se alcançar as delícias do nível de vida do Ocidente e as miragens do poder". Nesse aspecto, tem que ser alcançada a qualquer preço; possibilitando que a lógica da fábrica seja imposta a todas as esferas da sociedade. Daí a importância que Germani atribui à mudança de padrões de comportamento e na concepção de mundo. O problema é que essa concepção de desenvolvimento cria dependência tecnológica, pelo fato de que processo de desenvolvimento técnico e as necessidades das sociedades industriais não correspondem aos das sociedades não-industrializadas. Acontece, de fato, defasagem entre o domínio e a detenção da técnica e as reais necessidades da população.

Em relação ao processo de urbanização, cria-se uma urbanização sem urbanidade¹¹. O processo de urbanização suscita crise estando associada ao crescimento demográfico, ao sistema político e às estratégias econômicas. Contribui, assim, para agravar o desenraizamento cultural. Desse modo, provoca rupturas com a base camponesa e destrói vínculos sociais e culturais e aprofunda o processo de segregação da maioria da população operária no meio urbano.

Finalmente, o nacionalismo associa-se à ordem nacional-estatal que se impôs como forma quase exclusiva de vivência da política, Neste sentido, tem como ideário a conquista do Estado-nação feita pela Europa como compromisso societal da modernidade¹². No Terceiro Mundo, esse ideário da modernidade se pautou na Constituição francesa ou norte-americana, como modelos a serem seguidos.

5. ESGOTAMENTO DOS PADRÕES DE REFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos 70, observa-se profunda mudança em relação ao projeto de modernidade dos países desenvolvidos, com o início do esgotamento do modelo de desenvolvimento do Estado do Bem Estar Social. Este padrão começa a ser movido a partir da crise do petróleo e da crise fiscal e imobiliária, especialmente nos Estados Unidos, que mostrou o esgotamento do modelo taylorista/fordista de desenvolvimento. O Estado deixa de ser provedor e transforma-se em agenciador do capital financeiro. Novas relações econômicas e políticas atingem o mundo. Nesta nova configuração, observa-se a fragmentação do Estado-nação, construída pelo projeto da modernidade, sendo aprofundadas as diferenças entre povos e nações. Ressurgem, ainda, conflitos internos, de ordem étnica e regional.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 70.

¹¹ RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro : Jorban Editara, série espaço, 1996.

¹² A origem da promessa da modernidade européia está associada ao Renascimento enquanto movimento que possibilitou a aliança entre ciência e arte, no aspecto que reproduziu uma nova ordem do mundo, e, a Reforma Protestante no que se refere ao individualismo moral. Neste sentido, a modernidade é fruto da ligação de dois mundos: o da racionalização técnica (da ciência) e do individualismo moral, Deí, a idéia de que a política traz consigo um princípio de ação humana que permite combinar a ação acionadora com a liberdade de consciência moral. A modernidade representa o momento instaurador do indivíduo enquanto sujeito ligado à configuração cultural e elemento de ação e de razão instrumental. Ver: Aiain Touraine, *Igualdedes e diversidade* : o sujeito democrático. Bauru : (s.ed.), 1998.

Concluindo, Latouche afirma que esses três processos (industrialização, urbanização e nacionalismo) "contribuem para um monstruoso empobrecimento do Terceiro Mundo, um verdadeiro fenômeno de *descivilização*".¹³ Neste sentido, são negados os sentidos de vida de populações dos países periféricos. Tem sido rompidos, ainda, os laços entre indivíduos construídos pela universalização, ainda que precária, da política do bem-estar-social, uma vez que o poder dos Estados concentra-se, cada vez mais, no controle da economia e da população, ou seja, o Estado passa a ser agenciador das diferenças internas; étnicas, políticas, sociais e econômicas. Nesse novo contexto político mundial, observa-se a transformação da promessa do Ocidente de riqueza e fraternidade, numa crescente situação de miséria e indigência, desenraizando e abandonando os povos sem "condições de competir" no mundo globalizado. Estas seqüências, vinculadas à indústria cultural, relegam o ímpeto de movimentos identitários com origem na década de 60.

A partir dos anos 80, procura-se resgatar valores tradicionais e manifestações culturais no âmago de projetos modernizadores da identidade cultural, incentivando o retorno a valores autênticos, a raízes culturais.

6. O DESENVOLVIMENTO COMO ELO ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA

É a partir desse "resgate" da cultura e da política que podemos situar o contexto latino-americano, onde os aspectos da cultura e da política são, por um lado, incompletas e excludentes, no sentido de que existe uma cultura da negação e que é ainda o principal limite à contemporaneidade e à democracia e, por outro, essa "recuperação" permitiu o reconhecimento da diversidade representada por uma racionalização *vinda de fora e de cima para baixo*.

No contexto latino-americano, o processo anacrônico de modernização representou extraordinário dinamismo multicultural, pelo fato de que o reconhecimento da diversidade possibilitou o surgimento de novos conflitos no âmbito da reprodução cultural, da integração social e da vida cotidiana. A contemporaneidade está associada, assim, à possibilidade de recuperação crítica da memória e à construção institucional. Para Calderón¹⁴, a recuperação crítica da memória se dá tanto no sentido da memória quanto da questão do outro. A complexidade latino-americana inclui, portanto, a transgressão populista e os novos comportamentos coletivos; as tensões entre modernização e subjetivação; a construção cidadã e a questão do multiculturalismo. Neste sentido, o autor conclui que:

- a) na América Latina, os valores hierárquicos e de igualdade de oportunidades têm sido sempre problemáticos e instáveis. A igualdade encontra-se associada à luta por cidadania (não igualitária). Já as hierarquias socioeconômicas e culturais são o resultado tanto de recuperação do passado como da capacidade de mobilidade social, freqüentemente de tipo informal. Torna-se indispensável assumir, portanto, os jogos interculturais próprios e não esperar uma certa cultura da exclusão. Esta seria uma das bases necessárias ao enfrentamento criativo dos desafios da emergente sociedade programada;
- b) um pré-requisito para o alcance do desenvolvimento democrático é a construção de pactos envolvendo as subjetividades sócio-culturais existentes;
- c) difusão de uma cultura política de "*solidariedade processual*", onde o consenso resulte de negociações interativas entre distintos atares;
- d) finalmente, através do diálogo, identificar e superar as travas que persistem no modo senhorial de fazer política e no clientelismo burocrático.

¹³ LATOUCHE, S. *Op. cit.*, p. 78.

¹⁴ CALDERÓN, Fernando. Modernización y ética de la otredad : comportamientos colectivos y modernización en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, março de 1995, p. 3-16.

Isto implica reconhecer a persistência de estilos empresariais imitativos (não criativos), comportamentos sindicais monásticos, culturas políticas conspiratórias, assim como, padrões de políticas imitativas.

Em síntese, temos que repensar o desenvolvimento a partir das nossas características, fruto de diferentes práticas que têm origem no agir frente ao mundo e a nós mesmos.

7. CONCLUSÃO

Reafirma-se que dentre as diferentes leituras sobre o desenvolvimento, a concepção de desenvolvimento está associada a duas grandes visões de mundo. Uma de origem positivista/evolucionista e outra fundamentada na concepção do pensamento mítico. A primeira, analisa a sociedade a partir de um modelo de concepção de mundo que universaliza os valores acidentais como únicos. Atualiza a concepção do evolucionismo, de inspiração inglesa, que destaca diferenças propostas por Spencer e Darwin, no sentido e no modo como as sociedades se tornam mais complexas e diferenciadas entre si. A segunda concepção, tem origem no historicismo, de inspiração alemã, assumindo as particularidades e o percurso de cada ator coletivo, orientador uma cultura e por uma história totalizante, onde os sujeitos não detêm os processos sociais. Ambas concepções, a positivista e a historicista, analisam o desenvolvimento social e econômico como um projeto e um ideário referenciados a uma totalidade, onde os sujeitos não são portadores de historicidade no aspecto de que não agem em função de interesses próprios e coletivizantes. Portanto, são despossuídos de historicidade e de ação política, enquanto agentes do desenvolvimento. Os sujeitos sociais, através de suas ações, são formadores de historicidades particulares que se firmam pelo embate político que ganham sentido no cotidiano. Esta orientação analítica nos possibilita reconhecê-los como agentes transformadores da cotidianidade. Desse modo, o cotidiano assume uma outra dimensão da história, no sentido de que os sujeitos não poderão mais ser como totalidades desprovidas de ação no processo histórico e social. Nesse aspecto, a crise cultural dos anos 60 colocou por terra a crença em uma “evolução linear no sentido de mais instrumentalidade, de separação dos papéis e de arrefecimento da vida social”¹⁵.

Por isso, a dimensão do cultural recupera ação dos sujeitos sociais enquanto agentes transformadores do desenvolvimento da humanidade e permite estabelecer elos universais entre as diferenças culturais. Nesse sentido, as perspectivas que não concebem os sujeitos sociais enquanto agentes transformadores estão condenadas a não perceber a morte das sociedades como sistemas sociais e políticos. É o agir que possibilita desenvolver, em todas as dimensões, uma totalidade em processo que dá a dimensão do desenvolvimento, ou seja, é através das ações que se transforma a sociedade e a nós mesmos.

¹⁵ TOURAINE, Alain. *Op. cit.*, p. 124.